

<b>Título</b>	<b>Dom Tomás Balduino: uma travessia de sonhos, fé, lutas e esperanças</b>
Autor/es	<b>(Nota in memoriam)</b> <b>José Carlos Pereira</b>
Resumo	Nota
Ano/Edição	Ano XXVI, nº 73, jul-dez/2013. São Paulo

<b>Título</b>	<b>Acolhida a migrantes e refugiados: a ética da pastoral do migrante e desafios para a democracia no Brasil</b>
Autor/es	<b>Jose Carlos Pereira</b>
Resumo	O acolhimento à migrantes e refugiados é o tema que desenvolvo nesse artigo, a partir de um olhar sobre categorias sociológicas e jurídicas referentes às migrações. As formas de apropriação e uso dessas categorias podem facilitar ou bloquear o acolhimento aos migrantes oferecido pelo Estado através de um documento provisório. A concepção de acolhimento do Estado, baseada no caráter policial da segurança pública, é repensada em face às ações e concepções de acolhimento de instituições sociais como a Pastoral do Migrante. Esta procura fundamentar sua ação na ética cristã e nos direitos universais da pessoa humana. Concluo apontando desafios ao fortalecimento e ampliação da acolhida disponibilizada pela pastoral do migrante, e aponto para o protagonismo dos migrantes que, através de sua presença e organização social, influenciam a agenda de políticas migratórias no Brasil.
Ano/Edição	Ano XXIX, nº79, jul-dez/2016. São Paulo

<b>Título</b>	<b>Missão Paz e imigração haitiana na cidade de São Paulo: 2010-2015 (Entrevista)</b>
Autor/es	<b>Por Kassoum Diémé</b>
Resumo	Entrevista
Ano/Edição	Ano XXIX, nº79, jul-dez/2016. São Paulo

## **POLÍTICA**

<b>Título</b>	<b>Bolívia: crise e migração temporária.</b>
Autor/es	<b>Oficina de Asistencia Social de la Igreja - OASI</b>
Resumo	Neste artigo é apresentado a grande crise entre governo e igreja, em 1987, que resultou no documento: “Um chamado pela esperança”, pela igreja”. O ano de 1987 entrou na história do povo da Bolívia caracterizado pelo enfrentamento entre

Ano/Edição	<p>duas opções contraditórias: enquanto o governo, instaurado em agosto de 1985, procura impor o mais agressivo projeto de dominação econômica, política e social com dramáticas consequências para os setores populares e declara o “Ano da Reforma Tributária”; por outro lado, a Igreja Católica, fazendo-se eco dos setores populares que irromperam o ano com mobilizações de rua em defesa das conquistas vigentes desde 1952, lança o documento mais crítico dos últimos tempos; “Um chamado à esperança”, no qual julga diretamente ao governo e ao projeto neoliberal expresso no decreto supremo 21060. O enfoque da análise é sobre a crise e a migração temporária de trabalhadores.</p> <p>Ano I, nº 1, maio-ago/1988. São Paulo-SP</p>
<b>Título</b>	<b>Na democracia, votar não e tudo</b>
Autor/es	<b>Editorialistas de Travessia</b>
Resumo	Editorial
Ano/Edição	Ano II, nº 5, set-dez/1989. São Paulo
<b>Título</b>	<b>Migrante vota diferente?</b>
Autor/es	<b>Antônio Flávio Pierucci; Reginaldo Prandi</b>
Resumo	Em outubro de 1989, quase ao final das campanhas eleitorais para as Prefeituras, os editores de Travessia nos solicitaram um artigo a respeito do voto do migrante. Nessa ocasião, o processo eleitoral vinha sendo aferido, quase semanalmente, por diferentes institutos de pesquisa. As sondagens traziam não apenas as taxas de intenção de voto, mas também grande massa de informações sobre idade, sexo, escolaridade e posição socioeconômica dos eleitores de cada candidato. Nosso objetivo é comparar o voto do eleitor nativo com o voto do migrante.
Ano/Edição	Ano II, nº 5, set-dez/1989. São Paulo
<b>Título</b>	<b>Clientelismo e dominação no cenário das eleições</b>
Autor/es	<b>César Barreira</b>
Resumo	As eleições no Nordeste rural configuram um quadro expressivo de reprodução da estrutura local de poder. O período eleitoral é, nesse sentido, o momento em que a dominação aparece de forma cristalina, reafirmando os pactos produzidos e consolidados ao longo do tempo. Trata-se de um tempo já bem antigo. Desde 1881, a lei Saraiva deixava espaços para o progressivo desenvolvimento do poder coronelista. O crescimento das influências locais com luta eleitoral de casa em casa e o surgimento dos cabos eleitorais são formas a partir

Ano/Edição	das quais a dominação se consolida. Em termos genéricos é possível dizer que a situação se repete de forma invariante por muitos anos. É importante examinar o papel dos coronéis ao longo da história. Ano II, nº 5, set-dez/1989. São Paulo
<b>Título</b>	<b>A UDR e o processo eleitoral</b>
Autor/es	<b>Regina Bruno</b>
Resumo	O artigo analisa o fracasso eleitoral de Ronaldo Caiado e da UDR no processo eleitoral de 1989, diante da negação de apoio de parte da elite agrária, por um lado, por outro, diante de mobilizações populares contra a violência praticada pela UDR.
Ano/Edição	Ano II, nº 5, set-dez/1989. São Paulo
<b>Título</b>	<b>Migração e voto: em busca de uma vida melhor</b>
Autor/es	<b>Judith Muszynski</b>
Resumo	Analisa-se o comportamento de migrantes em processos eleitorais tendo em vista seus desejos de inserção social, participar da vida cosmopolita que buscam na cidade e alcançar melhores condições de vida.
Ano/Edição	Ano II, nº 5, set-dez/1989. São Paulo
<b>Título</b>	<b>Reflexões às vésperas das eleições presidenciais</b>
Autor/es	<b>Maria Tereza Sadek</b>
Resumo	Busca-se refletir sobre o ambiente político, cultural, social e utópico às vésperas da eleição de Tancredo Neves, rompendo com o ciclo de ditadura militar – 1964-1984 que se impôs ao Brasil. Quais eram as expectativas da sociedade, em especial dos movimentos populares e grupos sociais, como migrantes, que clamavam fortemente por mudanças?
Ano/Edição	Ano II, nº 5, set-dez/1989. São Paulo
<b>Título</b>	<b>O imigrante espanhol em São Paulo e o voto</b>
Autor/es	<b>Avelina Martínez Gallego</b>
Resumo	Dos imigrantes espanhóis chegados ao Brasil no final do século XIX e início do século XX, e que participaram dos movimentos trabalhistas do início deste, dispomos, embora bastante escassamente, de alguns registros constatáveis em bibliografias que tratam da formação do movimento operário em São Paulo. Porém, do contingente imigratório chegado ao Brasil nas décadas de 40 a 60, e que se caracterizou principalmente por fornecer, em sua grande maioria, trabalhadores para a indústria, temos poucas informações. É sobre este último

Ano/Edição	grande grupo de migrantes que este artigo versa considerando a sua participação social e política no Brasil. Ano II, nº 5, set-dez/1989. São Paulo
<b>Título</b>	<b>Voto consciente: uma arma do trabalhador (Depoimento)</b>
Autor/es	<b>José Benedito da Silva</b>
Resumo	Depoimento
Ano/Edição	Ano II, nº 5, set-dez/1989. São Paulo
<b>Título</b>	<b>“De política eu não entendo muito, mas...” (Depoimento)</b>
Autor/es	<b>Josino Raimundo da Rocha</b>
Resumo	Depoimento
Ano/Edição	Ano II, nº 5, set-dez/1989. São Paulo
<b>Título</b>	<b>“América, país de imigrantes” e as crescentes restrições aos imigrantes nos Estados Unidos</b>
Autor/es	<b>Robson Goulart; Teresa Sales</b>
Resumo	Esse artigo abordará as crescentes restrições aos imigrantes estrangeiros nos Estados Unidos, sobretudo a partir do momento em que, tendo já caído o muro de Berlim, o Estado da Califórnia se propõe a construir um outro simbólico muro separando o povo americano das novas levas de imigrantes latino-americanos. Referimo-nos à Proposição 187 do Governador Pete Wilson da Califórnia, aprovada há cerca de 2 anos naquele Estado com 60% de votos favoráveis dos eleitores e rejeitada, por inconstitucional, na Suprema Corte dos Estados Unidos. Essa proposição proibia saúde e educação livres para os filhos de imigrantes ilegais naquele Estado, pondo assim empecilhos fundamentais para sua permanência naquele país. O tema volta com força total na campanha presidencial americana, quando o polêmico pré-candidato republicano, Pat Buchanan, propõe, agora não apenas o simbolismo dos muros separatistas, mas sim a construção de um verdadeiro muro ao longo da fronteira Estados Unidos-México, proposição essa que se constitui igualmente em uma, dentre as várias proposições que compõem a atual proposta de lei sobre migrações em discussão no Congresso americano. Nesse artigo, aborda-se a política migratória dos Estados Unidos com seus antecedentes, até chegar à atual discussão da nova legislação que presentemente circula no Congresso americano e suas repercussões na sociedade daquele país.
Ano/Edição	Ano IX, nº25, maio-ago/1996. São Paulo

<b>Título</b>	<b>As políticas migratórias na Europa – rigor e fechamento</b>
Autor/es	<b>Lorenzo Prencipe</b>
Resumo	As migrações são um fenômeno mundial que os Estados Nacionais dominam com uma enorme dificuldade. Elas são ligadas por vezes à situações de violência que engendram volumosos fluxos de refugiados e de pessoas deslocadas, senão vejamos: Em 1995, o número destes era estimado em 27 milhões, contra 2,5 milhões em 1975 - um incremento aproximado da ordem de 10.000 novos refugiados/dia. Outra grande causa das migrações diz respeito às situações de subdesenvolvimento, provocadoras de fluxos de migrantes econômicos. Há cerca de 70 milhões a 85 milhões de não-nacionais no mundo, dos quais três quartos de pessoas dependentes: na Europa, 20 milhões; na África, entre 16 e 20 milhões; na América do Norte, entre 15 e 17 milhões; na América Central e do Sul, entre 7 e 12 milhões; na Ásia do Sul, do Sudeste e do Leste, entre 6 e 9 milhões; na Ásia do Oeste (Países Árabes), entre 6 e 7 milhões. Estas situações são de uma tal amplitude que não se pode deixar de levá-las em consideração. De fato, sobre os 100 milhões de migrantes que o mundo conta atualmente, a Europa só está aceitando algo em torno de 15 e 20 milhões, a exemplo da América do Norte. Os restantes encontram-se em outros lugares, ao Sul do planeta. A maioria dos pobres continua vivendo entre os pobres, e não tem os meios para emigrar em direção ao Norte rico. Disso desprende-se que a ameaça frequentemente difundida de uma grande invasão do Sul em direção ao Norte é injustificada.
Ano/Edição	Ano IX, nº25, maio-ago/1996. São Paulo
<b>Título</b>	<b>Os albergues dos migrantes no interior de São Paulo: programas de ação social ou políticas de circulação de população?</b>
Autor/es	<b>Valmir Aranha</b>
Resumo	Este artigo tem por objetivo analisar os programas de Assistência aos Migrantes não apenas para demonstrar que estes não atingem o seu objetivo assistencial, mas sobretudo como suas práticas institucionais enquanto políticas de migração isoladas ao nível municipal criaram uma rede de controle sem saídas que disciplina e circunscreve um fluxo migratório “que não tem mais origem nem destino, que é fluir permanente, circulação interminável” (Vainer, 1987: 24); ao mesmo tempo,

Ano/Edição	<p>definem as possibilidades de circulação em tempos e espaços urbanos bem demarcados nas cidades do Interior Paulista. Esta nova forma de mobilidade espacial é induzida e perpetuada pelas ações municipais a partir de mecanismos de controle que desterritorializando os migrantes acabam por reforçar o poder de instituições - os albergues - que passam a existir exclusivamente para administrar os efeitos produzidos pela sua própria ação, ou seja a circulação permanente dos itinerantes. Como resultado deste processo tem-se que estes migrantes, longe da liberdade de ir e vir, permanecem constantemente em movimento, paradoxalmente em lugar nenhum, mas concomitantemente em todos os lugares.</p> <p>Ano IX, nº25, maio-ago/1996. São Paulo</p>
<b>Título</b> <b>Autor/es</b> <b>Resumo</b>	<p><b>A migração de trabalhadores e os processos de integração</b></p> <p><b>Lelio Mármora</b></p> <p>Muito antes das propostas integradoras sub-regionais, os movimentos transfronteiriços de pessoas desenvolveram canais espontâneos de comunicação e ativos intercâmbios dentro e fora das distintas regiões, constituindo-se num avanço dos processos de integração cultural, social e econômica. É por essa razão que, quando se comprova que o intercâmbio humano é um dos fatores relativamente esquecidos dos esquemas integracionistas, enfrentamos uma espécie de paradoxo do qual o elemento pré-existente do esquema não aparece como parte do mesmo. A década de 90 apresenta-se com processos de integração sub-regionais mais realistas: menos burocratizados e com maior intervenção da empresa privada; menos ideológicos e mais pragmáticos. As relações bilaterais encontram-se mais ligadas aos temas regionais ou multilaterais. A interdependência, a internacionalização da economia e a globalização dos problemas impõe cenários de negociação, coordenação e cooperação em âmbitos regionais, para poder alcançar objetivos de políticas nacionais. Nesse contexto, deparamo-nos com esforços de integração regional que com suas características específicas, não só estão avançando no intercâmbio de bens, capitais, tecnologias e serviços, mas que também começaram a considerar o intercâmbio de população e, especificamente, da população trabalhadora. Porém, neste cenário de regiões que tendem ao estabelecimento de mercados únicos e de unidades políticas sociais cada vez mais integradas, a problemática migratória</p>

Ano/Edição	surge em duas situações, e seu papel é diferente desde que a analisemos ‘dentro dos espaços de integração’ ou ‘entre os diferentes blocos regionais integrados’. Ano IX, nº25, maio-ago/1996. São Paulo
<b>Título</b>	<b>A seca e o homem: políticas anti-migratórias no Ceará</b>
Autor/es	<b>Frederico de Castro Neves</b>
Resumo	Desde 1877, as frequentes migrações dos homens pobres do campo preocupam as autoridades e as elites do Ceará. Durante as secas, a cidade de Fortaleza, pela condição de capital, sofre com maior impacto estas repetidas ‘invasões’ de retirantes famintos, maltrapilhos e, por vezes, revoltados, que afrontam a agitada e vaidosa vida urbana moderna com sua triste aparência e com suas súplicas. Desde então o quadro se repete em quase todas as cidades de porte médio, sem que as medidas amenizadoras empregadas pelas autoridades surtam efeitos de longo prazo. O homem pobre do campo continua, a despeito da modernidade. expulso de suas terras pela total incapacidade de sobreviver, de reproduzir-se na sua exígua segurança alimentar. em períodos de crise climática. Estas medidas são (de uma certa forma, até hoje) pensadas segundo a lógica de que, para combater a seca. é necessário acumular água: a chamada “solução hidráulica” que remonta aos tempos do Império. As estruturas de sobrevivência dos camponeses sertanejos jamais foram pensadas cm sua fragilidade crônica. cm termos de uma brutal concentração de terras e de recursos d’água. O objetivo deste pequeno artigo é descrever e analisar as formas através das quais a sociedade enfrentou este problema, que variaram de um espanto inicial a uma tentativa de controle sistemático, até uma política de disciplinarização do homem do campo. O que poderemos concluir, talvez, é que, vista sob o prisma das ações compreendidas pelo Estado, a chamada “questão da seca”, tão alardeada pelos políticos e pelos meios de comunicação como o grande obstáculo ao desenvolvimento desta área do Brasil. não é uma simples “questão” de combater os efeitos das secas, mas de como manter o controle sobre essas massas de homens pobres que migram periodicamente em tempos de crise, devido à desestruturação de sua frágil economia de subsistência.
Ano/Edição	Ano IX, nº25, maio-ago/1996. São Paulo

<b>Título</b>	<b>De facilidades y restricciones: políticas inmigratorias argentinas de los 90</b>
Autor/es	<b>Adriana Villalón</b>
Resumo	E l examen de ciertas representaciones sobre lo que hace al estado nación argentino ser aregentino a través de sus políticas inmigratorias es una via de desnaturalizar reificaciones que hacen a la supuesta homogeneidad y solidez de los estados nacionales y que generan categorías construidas de soberania e identidad nacional, En el contexto del Mercosur la política argentina estatal actual revelaría ciertas contradicciones que se darían en ciertas facilidades administrativas dadas para la inmigración europea a través de “programas especiales” , como en exclusiones que se manifestarían en supuestas trabas burocráticas y legales para los países del Mercosur como, por ejemplo, para obtener la documentación o acceder a la escolarización. Así. es interesante comentar las actividades y acusaciones hacia la politica inmigratoria oficial por parte de algunos organismos defensores de los Derechos Humanos como el Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS).
Ano/Edição	Ano XII, nº 33, jan-abril/1999. São Paulo-SP
<b>Título</b>	<b>Estado e migração no Brasil – anotações para uma história das políticas públicas</b>
Autor/es	<b>Carlos B. Vainer</b>
Resumo	Qualquer olhar medianamente atento lançado sobre a história pátria bastará para evidenciar a importância das políticas migratórias <sup>2</sup> . Não seria exagero afirmar que a história da constituição e evolução do Estado brasileiro tem sido, também, em boa medida, a história de conceitos, instituições e práticas voltadas para equacionar e administrar a mobilização e localização de populações. Dessa perspectiva, não deixa de ser sintomático que em 31 de março de 1824, menos de uma semana após a promulgação da primeira constituição brasileira, que pode ser tomada como símbolo do próprio nascimento do estado nacional, D. Pedro I tenha assinado a Decisão nº 80, de 31 de março, mandando demarcar as terras da colônia alemã São Leopoldo, “a qual não pode deixar de ser. ‘reconhecida de utilidade para este Império, pela superior vantagem de se empregar gente branca livre e industriosa, tanto nas artes quanto na agricultura “ (apud. Demoro, 1960, p. 32). A partir de então, várias e sistemáticas foram as iniciativas para povoar com gente branca livre e industriosa as vastas terras de um



Ano/Edição	<p>estranho e esquizofrênico Império tropical, que acalentava o sonho de transformar-se numa nação branca enquanto sugava sofregamente o sobretrabalho dos escravos negros. Mas a própria escravidão, por muito tempo, constituiu obstáculo notável a que o Brasil acolhesse os braços que as revoluções agrícola e industrial iam tornando excedentários na Europa. O fracasso da experiência de importação de trabalhadores suíços e alemães promovida pelo Senador Vergueiro, que terminou com o levante dos parceiros da Fazenda Ibicaba mostrou os limites da tentativa de mobilização maciça de braços livres enquanto perdurasse o trabalho escravo. É quando se anuncia a aproximação do fim da escravidão, porém, que a questão da mobilização do trabalho começa a se colocar de maneira premente — e, em certa medida, angustiante. Como assegurar braços para a lavoura? Como substituir o trabalho escravo?</p> <p>Ano XIII, nº 36, jan-abril/2000. São Paulo-SP</p>
<p><b>Título</b>  Autor/es  Resumo</p> <p>Ano/Edição</p>	<p><b>Imigração no Canadá: seleção e controle de entradas</b></p> <p><b>Soraia Maria do S. C. Vidal</b></p> <p>Feitas as considerações acima, com o texto busca-se recuperar alguns aspectos do processo de mudanças na legislação canadense, particularmente aquelas direcionadas ao controle das entradas de novos imigrantes, uma vez que o Canadá é um país que abre ou fecha as possibilidades para a entrada de imigrantes conforme as circunstâncias econômicas, resultando em variações cíclicas. As leis de imigração são de competência do Governo Federal, e todos os indivíduos que pretendam entrar no país estão sujeitos a um exame feito por um oficial federal. Ou seja, apesar de o país se colocar amplamente favorável à entrada de novos imigrantes e à manutenção de traços culturais diversos a difundida multiculturalidade, a mesma porta de entrada também comporta um controle sistemático, o que de certa maneira contribui, aparentemente, para um número pouco expressivo de imigrantes ilegais morando no país. Por outro lado, o Canadá também apresenta níveis representativos de emigração, decorrentes do retorno de imigrantes para os seus países de origem e da transferência de canadenses para os Estados Unidos, em especial. (Stalker, 1994).</p> <p>Ano XIV, nº41, set-dez/2001. São Paulo</p>

<b>Título</b>	<b>As políticas públicas e os migrantes – entre as razões de Estado e as necessidades sociais</b>
Autor/es	<b>Sidnei Marco Dornelas</b>
Resumo	Editorial
Ano/Edição	Ano XVII, nº 50, set-dez/2004. São Paulo

<b>Título</b>	<b>Migraciones y libre circulación en el MERCOSUR: de políticas nacionales a políticas regionales</b>
---------------	---

Autor/es	<b>Nora Pérez Vichich</b>
Resumo	<p>La economía, la vida laboral y la movilidad geográfica de los trabajadores en el espacio de integración regional del MERCOSUR, se procesa dentro de una compleja trama en donde se mezclan migraciones laborales tradicionales y flujos determinados por las transformaciones estructurales, los avances tecnológicos, y por la construcción de un espacio común como es el proyecto MERCOSUR puesto en marcha en 1991. Las migraciones laborales tienen una larga tradición entre los países que conforman el Mercosur: la contigüidad geográfica, la disparidad en los niveles relativos de desarrollo económico-social y los procesos de autoritarismo y violencia política han creado corrientes migratorias entre éstos países. Estas corrientes han tenido diferentes manifestaciones a lo largo de sus respectivas Historias. El tamaño de los flujos migratorios y su impacto en las población nativa de los países ha sido disímil. En la actualidad, en cada uno de ellos residen inmigrantes de países vecinos, aunque la Argentina es quien ha recibido y continúa recibiendo inmigrantes en mayor medida, seguido en importancia por Brasil , luego Paraguay, Chile y por último Uruguay. El peso de la inmigración en general es bastante bajo: en la Argentina representa el 4,2% de la población total, en Paraguay el 3,7%, en Uruguay el 2,7%, en Chile 1% y en Brasil sólo el 0,4% <sup>1</sup>. Las transformaciones que en las últimas décadas - y muy especialmente en los años noventa - han sufrido los países de la región en materia económica, política y social han modificado la direccionalidad y composición de los flujos migratorios haciendo que países tradicionalmente receptores, como la Argentina o el Brasil, se conviertan en emisores de población, y otros como el Paraguay o Chile, sustantivamente emisores, sean hoy receptores de migraciones de la región. Mayoritariamente, los migrantes son trabajadores. El tratamiento político normativo de la cuestión dentro de los diferentes ámbitos del MERCOSUR no</p>

Ano/Edição	<p>ha tenido los mismos fundamentos conceptuales ni ha sido de la misma naturaleza a lo largo de los casi 14 años de vigencia del MERCOSUR. Proponemos aquí, a modo de disparadores, algunos puntos de debate, que tienen que ver con el estatuto de los trabajadores fuera y dentro del proceso de integración, y también con el necesario salto cualitativo de los estados y la sociedad hacia la generación de políticas regionales.</p> <p>Ano XVII, nº 50, set-dez/2004. São Paulo</p>
<p><b>Título</b></p> <p>Autor/es</p> <p>Resumo</p> <p>Ano/Edição</p>	<p><b>Migração rural-urbana e política agrícola</b></p> <p><b>Manoel Antonio de Almeida Monteiro</b></p> <p>No Brasil, nas áreas “favorecidas”, de concentração de recursos, a agricultura de exportação e a agroindústria viabilizaram o surgimento e o crescimento das grandes empresas agrícolas, com consequente concentração da posse da terra. A orientação para o mercado externo e ação do meio urbano-industrial sobre o rural resultaram em modificações profundas no sistema de produção: foram suprimidas determinadas linhas de exploração enquanto expandiram-se outras, intensificou-se a utilização do capital mesmo por pressão e para o atendimento das necessidades da indústria. Estabeleceu-se um tipo de produção que requer pouca mão-de-obra ou que a exige apenas sazonalmente. Nas áreas empobrecidas ganha relevo o binômio latifúndio-minifúndio na explicação da miséria e do êxodo rural. O latifúndio por absorver parcela insignificante da mão-de-obra. O minifúndio sem capacidade de suporte de uma população que se multiplica gerando excedentes que forçosamente terão que migrar, isto quando não é anexado pelo latifúndio, migrando então todos os seus ocupantes. Nessas condições, nas áreas empobrecidas e “favorecidas”, como resultado do mesmo processo que as geram, o fenômeno da migração rural-urbana pode ser observado, certo que em condições diferentes, porém pela mesma causa: o tipo de exploração da terra. A migração rural-urbana pode provocar dois tipos de diminuição da população rural: a diminuição percentual (apesar de aumentar em número, a população rural torna-se percentualmente menor em relação à população total, já que se verifica um crescimento mais acelerado da população urbana), e a diminuição absoluta (a população rural torna-se numericamente menor com o decorrer do tempo).</p> <p>Ano XVII, nº 50, set-dez/2004. São Paulo</p>

<b>Título</b>	<b>O Programa um milhão de cisternas e as políticas públicas</b>
Autor/es	<b>Naidison de Guintella Baptista</b>
Resumo	Este é o tema do presente texto, no qual tentamos analisar a prática do Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC), da ASA (Articulação do Semi-Árido), na ótica não apenas de um projeto, por mais bem feito que seja, mas da busca de construção de políticas de água. Deste modo, se quer, de um lado, identificar os passos dados na construção de políticas e, de outro, aqueles que ainda se constituem em lacunas. Partilha-se, assim, da opinião daqueles que afirmam serem importantes os projetos como escola e espaço de aprendizagem para a construção de políticas, sendo essas fundamentais, pois, sem as mesmas, não se obtém sequência na caminhada e mudanças mais significativas na sociedade.
Ano/Edição	Ano XVII, nº 50, set-dez/2004. São Paulo
<b>Título</b>	<b>O imigrante na ótica da política migratória brasileira- visões da Segunda Guerra mundial aos anos 50</b>
Autor/es	<b>Francisco Aragão Azevedo</b>
Resumo	Tendo em vista as expectativas em torno da imigração do pós-Guerra, cumpre falar dos pré-requisitos que os imigrantes precisariam atender para atender aos propósitos das políticas voltadas à imigração expostas pelas autoridades acadêmicas e governamentais de então. É impossível falar na questão do imigrante durante esse período sem mencionar a importância que o debate em torno da eugenia teve em relação ao processo de seleção deste e a influência de ideias racistas vindas do nazismo e de autores europeus como Gobineau quanto à inferioridade racial de povos não-europeus, bem como dos mestiços. Na verdade, a questão racial assumiu uma importância tal que em não poucos casos chega a se sobrepor às considerações de ordem econômica. Isso é particularmente notado nos escritos relacionados à imigração feitos por médicos no contexto da época.
Ano/Edição	Ano XVII, nº 50, set-dez/2004. São Paulo
<b>Título</b>	<b>Receber e incorporar o diferente</b>
Autor/es	<b>Sidnei Marco Dornelas</b>
Resumo	Editorial
Ano/Edição	Ano XX, nº58, maio-ago/2007. São Paulo

<b>Título</b>	<b>“Spazio il benvenuto”: a reunificação familiar como processo de integração</b>
Autor/es Resumo	<p><b>Mara Tognetti Bordogna; Giuseppe viola; Luisa Zanetti</b></p> <p>A população estrangeira com permanência legal na Itália até 1º de janeiro de 2005, segundo os dados Istat (Istituto Nazionale di Statistica), era de 2,7 milhões. O aumento verificou-se, principalmente, logo após a regularização efetuada no ano de 2002 com as Leis 189 e 222 (Ismu, 2006). Atualmente, o número de estrangeiros residentes na Lombardia oscila entre 766 mil e 813 mil. Com relação ao estado civil, a maioria destes são casados, o que equivale a 58,6% da população imigrante (Osservatorio Regionale per l’ integrazione e la multietnicità, 2006). É interessante observar que a imigração na Itália, de um fenômeno extemporâneo e individual dos primeiros anos da década de 1970, transformou-se num fenômeno estrutural, com características sempre mais estáveis (de população), devido justamente à presença da família na migração (Tognetti Bordogna, 2004). É melhor, porém, falarmos de &lt;famílias&gt; , no plural, porque são diversas as formas de &lt;fazer&gt; e &lt;ser&gt; família na migração. As pesquisas nacionais e internacionais demonstram e confirmam o papel central que a família desempenha no projeto e na estratégia migratória do indivíduo (Dumon, 1993; Cesareo, 1993; Tognetti Bordogna, 1995, 1997, 2005), na escolha de migrar e sobre a pessoa da família que deve e pode partir. A migração, por sua vez, incide sobre as formas e modalidades de constituir e reunificar a família; dados recentes evidenciam que, se a migração acontece antes da efetivação da união, a reunificação realiza-se, em média, cinco anos após; caso contrário, este tempo é reduzido em quase dois anos. A decisão de migrar pesa sobre a constituição da nova família visto que, quem migrou, provavelmente, precisa de um tempo maior para se situar economicamente. Por outro lado, não se deve menosprezar o fato de que quem migrou é, e pode ser, mais atraente para o matrimônio.</p>
Ano/Edição	Ano XX, nº58, maio-ago/2007. São Paulo
<b>Título</b>	<b>Metecos contemporâneos: hospitalidade, política e subjetividade na Grécia antiga e no mundo globalizado</b>
Autor/es Resumo	<p><b>Fábio Augusto Moraes Soares Brito</b></p> <p>Poucos hoje em dia diriam que, a despeito do slogan ‘nação dos imigrantes’, os Estados Unidos seria um país hospitaleiro: O muro com/contra O México é um argumento eloqüente. Igualmente poucos usariam o termo “hospitalidade” para</p>

Ano/Edição	<p>definir o tratamento do governo francês dado aos imigrantes e descendentes de origem africana (especialmente argelinos) das periferias de Paris, os mesmos que o então ministro do Interior francês, Nicolas Sarkozy, se referiu certa vez como <i>racaille</i>, “escória” (Victor, 2005). Entre os Estados Unidos e a mãe, aliás, existem duas semelhanças aparentemente casuais: primeira, ambos os países já tiveram em suas pautas políticas a expulsão em massa de imigrantes; segunda, ambos os países, cada um a sua maneira, consideram-se como herdeiros legítimos da democracia como princípio político tal qual legada pela da cultura clássica, ou grecoromana<sup>1</sup>. Estas semelhanças permitem, mesmo que casualmente, a questão: as práticas de restrição e repressão da imigração de França e Estados Unidos encontrariam algum paralelo no mundo antigo?</p> <p>Ano XX, nº58, maio-ago/2007. São Paulo</p>
<b>Título</b> Autor/es Resumo	<p><b>Como (não) se faz um brasileiro</b></p> <p><b>Por Thaddeus Gregory Blanchette</b></p> <p>Nos dias de hoje, marcados pelo fortalecimento das fronteiras nacionais e das guerras contra substantivos (tipo “drogas” e “terrorismo”), em que populações e até religiões inteiras são tachadas de ameaçadoras e dignas de exclusão, ainda existe uma tendência de se pensar o Brasil como uma espécie de refúgio: talvez o último país que ainda aceita o imigrante de braços abertos. Até os membros dos movimentos negros e indígenas, sempre atentos aos preconceitos homogeneizantes forjados em nome do nacionalismo, afirmam que o Brasil ama o imigrante — tendo uma preferência por ele, talvez em detrimento de seus filhos nativos. Os que acham a política de imigração brasileira liberal demais podem ficar sossegados. Longe de ser o mais acolhedor de todos os países, o Brasil detém um estatuto de estrangeiros antiquado e vago — porém excepcionalmente flexível — que permite aos imigrantes menos direitos do que os existentes nos Estados Unidos. Se for verdade que o país ainda não fechou suas fronteiras, é igualmente verdadeiro que, uma vez fincado em terras <i>brasilis</i>, o imigrante está à mercê de uma burocracia arbitrária e frequentemente corrupta. Ademais, ele se vê cercado de uma série de preconceitos, amplamente difundidos entre a população, cuja característica principal é a sua incontestabilidade. Finalmente, enquanto na Europa e nos Estados Unidos, o imigrante encontra movimentos nativos que o apoiam e que militam em favor de seus direitos, no Brasil, a sociedade civil praticamente o esquece, acreditando que</p>

Ano/Edição	migração para o Brasil é coisa do passado. Ano XXI, nº60, jan-abril/2008. São Paulo
<b>Título</b>	<b>A Diretiva Europeia de retorno</b>
Autor/es	<b>João Carlos Jarochinski Silva</b>
Resumo	Em 2008, os Estados europeus, grandes receptores de mão-de-obra imigrante, boa parte dela indocumentada, estabeleceram através de sua Organização Internacional, a União Europeia, uma Diretiva para o retorno forçado dos imigrantes ilegais <sup>1</sup> . O presente artigo apresenta como objetivo principal uma crítica ao estabelecimento de regras comuns para o regresso de imigrantes não membros de países da União que, porventura, estejam em situação irregular. Apesar da Diretiva não possuir capacidade de obrigar os Estados a seguirem os seus ditames, é inquestionável que, devido ao avanço das relações jurídicas entre os países europeus, essa norma terá uma abrangência quase que total. Salientamos que essa abrangência é buscada insistentemente na própria introdução. Por esse motivo, podemos afirmar que ela marca uma posição bem nítida frente ao tema e que representará a atuação desses Estados nos próximos anos.
Ano/Edição	Ano XXII, nº 64, maio-ago/2009
<b>Título</b>	<b>Migrações internacionais e políticas migratórias: França e Brasil (Entrevista)</b>
Autor/es	<b>Rossana Rocha Reis</b>
Resumo	Entrevista
Ano/Edição	Ano XXII, nº 65, set-dez/2009. São Paulo
<b>Título</b>	<b>A especificidade de Quebec no quadro das Políticas Migratórias Canadenses</b>
Autor/es	<b>Marcus Vinicius Fraga; Lucia Maria Machado Bógus</b>
Resumo	O artigo oferece uma discussão introdutória sobre a política de imigração da província de Quebec, no Canadá, a partir da leitura de trabalhos de cientistas sociais canadenses e brasileiros e da legislação daquele país relativa ao assunto. Apresenta-se também como essa política de imigração vem incentivando estudantes de uma escola de língua francesa quebequense, em São Paulo, a buscarem o visto de residentes permanentes. Enfoca-se ainda alguns elementos do perfil socioeconômico desses estudantes. Como pontos de partida e de chegada, as migrações internacionais são tratadas como uma das questões mais importantes da atualidade.
Ano/Edição	Ano XXIV, nº 69, jul-dez/2011. São Paulo

<b>Título</b>	<b>Las políticas públicas sobre Migraciones y la sociedade civil em América Latina – los casos de Argentina, Brasil, Colombia y México. Leonir Mario Chiarello (Coord.) New York: SIMN, 2011. (Resenha)</b>
Autor/es Resumo Ano/Edição	<b>Por Leonir Mario Chiarello; Lelio Mármora</b> Resenha Ano XXIV, nº 69, jul-dez/2011. São Paulo
<b>Título</b>	<b>As interações entre relações internacionais e migrações internacionais e os desafios para a soberania do Estado no atual contexto globalizado</b>
Autor/es Resumo Ano/Edição	<b>Leonir Mario Chiarello</b> Este artigo mostra que a limitada interação entre as relações internacionais e o fenômeno das migrações é determinada pelo paradigma estatal e nacional através do qual se definem as teorias sobre as relações internacionais e as migrações, apesar da natureza transnacional destas últimas. Para superar o determinismo de tal paradigma estatal e nacional, o artigo propõe a governança global e ética das migrações internacionais como um novo paradigma de interação entre as relações internacionais e as migrações internacionais. Ano XXV, nº 71, jul-dez/2012. São Paulo
<b>Título</b>	<b>Sociedade Beneficente Brasil Unido: entidade de amparo ao migrante nordestino em São Caetano do Sul</b>
Autor/es Resumo Ano/Edição	<b>Cristina Toledo de Carvalho</b> O presente artigo apresenta os principais aspectos da política de amparo empreendida pela Sociedade Beneficente Brasil Unido, surgida, em 1950, em São Caetano do Sul, com o propósito precípua de prestar assistência a migrantes nordestinos. Tal política concretizava-se a partir de duas vias: a mutualista e a filantrópica. Enquanto a primeira era caracterizada por práticas representadas, basicamente, pela concessão de auxílios monetários a sócios da instituição, em casos de doença, dificuldades financeiras e desemprego, a segunda estava voltada para os não associados e consistia, principalmente, na disponibilização de abrigo, alimentação e providências para a obtenção de emprego, documentos e tratamentos médicos para os migrantes. Ano XXV, nº 71, jul-dez/2012. São Paulo



<b>Título</b>	<b>Barrados: um ensaio sobre os brasileiros inadmitidos na Europa e o conto da aldeia global. Patrícia Duarte Rangel. Brasília-DF: Editorial Abaré, 2012. (Resenha)</b>
Autor/es	<b>Por Sidnei Marco Dornelas</b>
Resumo	Resenha
Ano/Edição	Ano XXV, nº 71, jul-dez/2012. São Paulo
<b>Título</b>	<b>Ascensão da extrema direita na Europa e a questão migratória</b>
Autor/es	<b>Lucas Valente da Costa</b>
Resumo	Os resultados recentes de diversas eleições parlamentares em países europeus chamaram atenção pela quantidade de assentos que conseguiram partidos de extrema-direita com propostas xenofóbicas explícitas, alguns com votações recordes. Neste artigo, através da análise de diversos acontecimentos sociais e políticos e do estudo do impacto dos imigrantes na economia e sociedade europeia, faz-se uma relação entre o apoio popular a esses partidos em períodos de recessão econômica, especialmente aquele iniciado em 2008, ainda em curso em muitos países do continente europeu, com o impacto real dos imigrantes na estrutura econômico-social. Isto é devido ao corrente discurso de que imigrantes são a causa do desemprego dos nativos, discurso este que precisamente ganha força em períodos em que os empregos estão mais escassos. Os estudos analisados concluem que os imigrantes não contribuem para este fato, mas que tal discurso ganha apoio em períodos de crise, antes que a economia tenha tempo de se adaptar.
Ano/Edição	Ano XXV, nº 71, jul-dez/2012. São Paulo
<b>Título</b>	<b>A integração dos imigrantes brasileiros na França</b>
Autor/es	<b>Gisele Maria Ribeiro de Almeida</b>
Resumo	A política de integração dos estrangeiros à sociedade francesa prevê a adesão voluntária dos novos membros à comunidade nacional, o que exige a aceitação dos valores republicanos franceses. Neste contexto, a situação dos brasileiros como estrangeiros na França é amenizada pelo fato de que estes compartilham os elementos da cultura ocidental, o que tende a repercutir em relativa facilidade de integração ao modo de vida francês. No entanto, existem estereótipos sobre o Brasil e os brasileiros, particularmente sobre as brasileiras, que sustentam estigmas e desta forma alimentam práticas discriminatórias. A partir de entrevistas semiestruturadas

Ano/Edição	realizadas com imigrantes brasileiros na França e com ex-imigrantes retornados ao Brasil, este artigo reflete sobre a experiência de brasileiros como “estrangeiros” na França, considerando os diversos processos de “integração” e de “discriminação” vivenciados por estes brasileiros/as. Ano XXVI, nº 72, jan-jun/2013. São Paulo
<b>Título</b>	<b>Cativos do Protocolo de Palermo</b>
Autor/es	<b>José Carlos Sebe Bom-Meihy</b>
Resumo	O Protocolo de Palermo é um dos documentos mais importantes sobre o tráfico de pessoas, tema de grande importância no mundo globalizado. Com adesão de quase todos os países do mundo, o Protocolo, ainda que expresse avanços, guarda problemas que se refletem exatamente nos grupos que pretende proteger. A crítica maior a este documento decorre da distância entre os agentes emissores e as pessoas tratadas como “vítimas”. O tom oficial do enunciado do texto, além de submeter os implicados como “vítimas”, promove o aparato dos Estados como entidade salvadora única. A consequência mais evidente deste documento é a redução das “vítimas” como incapazes de gerenciar a própria vida. Desdobramento natural disto é a falta de sintonia entre as Polícias Federais e os envolvidos que padecem nas malhas do tráfico.
Ano/Edição	Ano XXVI, nº 73, jul-dez/2013. São Paulo
<b>Título</b>	<b>Paraguaios em São Paulo: uma história e um retrato</b>
Autor/es	<b>Tiago Rangel Côrtes</b>
Resumo	O objetivo deste artigo é apresentar, de forma introdutória, a história da migração paraguaia para a Região Metropolitana de São Paulo e, em seguida, o perfil, segundo o Censo de 2010, das pessoas nascidas no Paraguai residentes na RMSP, de modo a realizar uma análise da heterogeneidade dessa população. Sugere-se que os aspectos que consolidaram essa migração para São Paulo foram engendrados na ditadura de Alfredo Stroessner, com a perseguição massiva dos opositores ao governo, com a aproximação e intercâmbio entre o governo brasileiro e o paraguaio e, por fim, com a reestruturação fundiária do Paraguai e o consequente êxodo rural. Segundo os dados estatísticos apresentados, a migração paraguaia cresceu exponencialmente a partir da segunda metade dos anos 2000, concomitante às crises em outros países de destino dos paraguaios. O perfil dos migrantes recentes é de jovens, majoritariamente homens, com baixa escolaridade, que

Ano/Edição	trabalham com costura, vivem na Vila Medeiros, Bom Retiro e arredores e Vila Any, em Guarulhos. Ano XXVII, nº 74, jan-jun/2014. São Paulo
<b>Título</b>	<b>Participação e representação na 1ª Conferência sobre Migração e Refúgio no Distrito Federal</b>
Autor/es Resumo	<b>Elizabeth Ruano; Tuila Botega</b> Neste trabalho se analisa o processo conferencial de Migrações e Refúgio realizado no Distrito Federal. O estudo se apoiou na observação participante e na análise de documentos oficiais à luz dos conceitos de participação e representação. A análise revelou que as migrações internacionais e o refúgio constituem fenômenos com certa invisibilidade no Distrito Federal. Por isso, são relevantes os cenários de sensibilização propiciados pela conferência nessa localidade. Nesse sentido, o reconhecimento dos migrantes, refugiados e organizações da sociedade civil que defendem seus direitos constitui um avanço significativo conquistado nessa conferência.
Ano/Edição	Ano XXVII, nº 75, jul-dez/2014. São Paulo
<b>Título</b>	<b>Falhas e sustentabilidade do sistema laboral temporário</b>
Autor/es Resumo	<b>Graziano Battistella</b> Países tradicionais de imigração buscam políticas de migração permanente e concedem, todo ano, certo número de vistos para a residência permanente. Os procedimentos para concessão de vistos, os requerimentos para obtê-los e a sua distribuição variam de país para país. Mas, o objetivo comum é permitir que imigrantes residam em seus territórios. Contudo, na verdade, todos os países têm algum modelo de migração temporária. Esse tipo de movimento tem recebido muita atenção nos últimos 10 a 15 anos. Trata-se de um interesse que lança novas questões sobre as vantagens e desvantagens da migração laboral, sua sustentabilidade e a possibilidade de uma abordagem da migração temporária baseada em direitos. Esse artigo irá examinar experiências históricas de migração temporária e sua recente volta. Também analisará esse movimento na Ásia, concernindo seus quatro modelos diferentes e incluindo suas vantagens e desvantagens. O artigo será concluído apontando elementos para uma abordagem da questão migratória baseada em direitos.
Ano/Edição	Ano XXVIII, nº 76, jan-jun/2015. São Paulo

<b>Título</b>	<b>Legalmente necessários, socialmente (in)desejados: imigrantes brasileiros no mercado de trabalho japonês</b>
Autor/es	<b>Katiani Tatie Shishito; Mariana Shinohara Roncato</b>
Resumo	Este artigo analisa os condicionantes sociais da relação entre o Estado japonês e o imigrante, a fim de problematizar principalmente duas questões: qual foi (qual é) o papel do Estado japonês em relação à recepção dos imigrantes em seu país? Como ocorre a inserção destes no mercado da força de trabalho? Para responder a tais indagações, consideramos as reflexões sobre: i) as principais políticas migratórias de abertura ou restrição aos imigrantes durante os séculos XX e XXI; ii) a relação do mercado da força de trabalho com estas políticas destinadas aos imigrantes e iii) por fim, como ocorreu a inserção destes imigrantes no mercado de trabalho japonês.
Ano/Edição	Ano XXVIII, nº 76, jan-jun/2015. São Paulo
<b>Título</b>	<b>Apresentação – Direitos Humanos, mobilização social e políticas migratórias (Ed. 80 – Dossiê Crianças migrantes e refugiadas/Migração Haitiana e políticas públicas)</b>
Autor/es	<b>Jose Carlos Pereira</b>
Resumo	Apresentação
Ano/Edição	Ano XXX, nº 80, jan-jun/2017. São Paulo
<b>Título</b>	<b>Políticas de acolhimento institucional a haitianos na cidade de São Paulo: 2010/2015</b>
Autor/es	<b>Kassoum Diémé</b>
Resumo	Este artigo aborda a imigração haitiana no Brasil, no período 2010-2015, e sua relação com as políticas de acolhimento institucional a imigrantes haitianos no país, mas particularmente na cidade de São Paulo. O Conselho Nacional de Imigração, a Missão Paz de São Paulo e a Coordenação de Políticas para Migrantes da Prefeitura Municipal de São Paulo são as instituições cujo trabalho de acolhimento é analisado. Cada uma delas se envolveu de forma particular neste processo. A distância entre suas políticas para acolher os referidos imigrantes foi reduzida ao longo desse período por meio de diálogos e colaborações. Na cidade de São Paulo, o trabalho da Missão Paz, uma instituição de referência para a população migrante residente, serviu de inspiração para a criação da política pública institucional de acolhimento a imigrantes pela Coordenação de Políticas para Migrantes. Embora tenham permitido um acolhimento mais digno a esses

Ano/Edição	imigrantes, essas instituições se depararam naquele momento com alguns desafios estruturais da sociedade brasileira para fazer avançar suas políticas relativas aos imigrantes. Ano XXX, nº 80, jan-jun/2017. São Paulo
<b>Título</b>	<b>A importância da imigração haitiana na nova lei municipal (São Paulo ) de migração</b>
Autor/es	<b>Priscilla Pachi</b>
Resumo	O presente artigo tem por objetivo analisar a importância da imigração haitiana e fazer uma breve análise da atuação do Estado, da sociedade civil (ONGS, dos próprios imigrantes e dos envolvidos com a causa dos imigrantes) e o papel exercido pela imprensa que foram fundamentais para a aprovação da Lei Municipal de Migração 16.478/2016 de julho de 2016 e pela tramitação e aprovação da Nova Lei Federal de Migração no. 13.445/17.
Ano/Edição	Ano XXX, nº 80, jan-jun/2017. São Paulo
<b>Título</b>	<b>CNIg – Conselho Nacional de Imigração haitiana: cinco anos depois (Entrevista com Paulo Sérgio de Almeida, presidente do CNIg no período 2007-2016)</b>
Autor/es	<b>Por Kassoum Diémé</b>
Resumo	Entrevista
Ano/Edição	Ano XXX, nº 80, jan-jun/2017. São Paulo
	<b>PRECONCEITO/XENOFOBIA</b>
<b>Título</b>	<b>Um alvo privilegiado (Editorial)</b>
Autor/es	<b>Dirceu Cutti</b>
Resumo	Editorial
Ano/Edição	Ano XVIII, nº 51, jan-abril/2005. São Paulo
<b>Título</b>	<b>Imigração, preconceito e os enunciados subjetivos dos etnocentrismos</b>
Autor/es	<b>Giralda Seyferth</b>
Resumo	A colonização e a imigração produziram diferenças sociais e culturais no meio propriamente rural, nas cidades emergentes de núcleos coloniais e nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande, Curitiba, etc., onde também se estabeleceram imigrantes e egressos do sistema colonial. As peculiaridades